www.psicologia.pt
ISSN 1646-6977
Documento produzido em 27.09.2015

CARACTERIZAÇÃO DA LICENCIATURA EM PSICOLOGIA NO CONTEXTO DAS DISCUSSÕES ATUAIS

2015

Karen Cristine Teixeira
Adriano Schlösser
Gabriela Rodrigues
Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)

E-mail de contato:
gabrirod@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir a licenciatura na formação do psicólogo no contexto atual da profissão e a psicologia da formação de professores. Para tanto, faz-se uma breve revisão histórica da licenciatura em psicologia e da psicologia da formação de professores, delimitando as áreas de atuação do profissional licenciado em psicologia e de sua importância no campo da psicologia na educação. Conclui-se a necessidade de repensar o conteúdo e estrutura das licenciaturas em psicologia no contexto brasileiro, de modo a incentivar os acadêmicos da importância desta área em sua formação, motivando-os a buscarem, através das habilidades e competências próprias da licenciatura, transformar a realidade de modo a não se restringir à transmissão de saberes formalizados e eminentemente técnicos. Aponta-se a necessidade de compreender a realidade escolar e suas demandas, colaborando para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e modelos de intervenção singulares, de acordo com cada realidade.

Palavras-chave: licenciatura, psicologia, formação profissional.

Dentre os três perfis que compõem o quadro profissional da psicologia (Bacharel, Licenciado e Psicólogo), as habilidades e competências da licenciatura, cujo enfoque é o ensino do saber psicológico, merecem destaque. De acordo com Guerra (2000) a psicologia é uma área que traz contribuições à prática educativa, uma vez que sempre esteve relacionada com o processo de

Siga-nos em
facebook.com/psicologia.pt

atuação do docente, enquanto uma área de conhecimento cujas teorizações oferecem subsídios à educação.

Para conhecer as características e delimitações profissionais da licenciatura em psicologia, compreender sua dimensão histórica se faz importante. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1961 e que regulamenta a profissão do psicólogo em 1962, a licenciatura é uma habilitação possível nos cursos de psicologia (BRASIL, 1962).

Nesta regulamentação, realizada pela Lei n. 4.119 de 1962, apresenta em seus artigos 11º e 12º, respectivamente, que ao portador de bacharel em psicologia é conferido o direito de ensinar psicologia em cursos de grau médio. Enquanto ao portador do diploma de licenciado em psicologia é conferido o direito de lecionar psicologia (BRASIL, 1962). De acordo com Cirino, Knupp, Lemos e Rodrigues (2007), a compreensão destes artigos se dá a partir da Lei n. 4024 de 1961(LDB) em seus arts. 59º e 62º, que relatavam que não era necessário ser licenciado para dar aulas no ensino médio, mas que os licenciados, além de poderem lecionar, estavam habilitados a exercer orientação escolar. Estas características foram revogadas pela nova LDB, promulgada em 1996 que, em seu art. 62º, aponta que a formação de docentes para atuar na educação básica deve ocorrer em ensino superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, sendo admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, e oferecida em nível médio, na modalidade Normal (Brasil, 1996). Neste novo modelo, não é mais permitido a bacharéis lecionarem para ensino médio. Além disso, a licenciatura em psicologia também não se habilita mais a atuar com orientação educacional (art. 64, BRASIL, 1996).

Voltando-se à atuação de licenciados em psicologia no magistério, essa se tornou importante. Contudo, com a LDB de 1996, os cursos de magistério estiveram, segundo Cirino *et al*. (2007), ameaçados de extinção, tendo um prazo de dez anos para serem substituídos pelo curso superior. De acordo com os autores citados, devido à precariedade e baixa qualificação da docência em algumas regiões do país, a resolução CNE/CEB 01 de 20 de agosto de 2003 suspendeu, por período indeterminado, a obrigatoriedade da formação superior para professores do ensino médio.

A continuidade dos cursos de magistério permite também um lugar de inserção do profissional licenciado em psicologia, haja vista que a legislação educacional exige a formação em licenciatura do profissional que deseje atuar na educação básica (do ensino infantil ao médio). Ademais, a licenciatura em psicologia também permite a estes profissionais que se integrem à equipe docente de cursos técnicos, uma vez que estes trazem conteúdos relativos à psicologia, de acordo com suas especificidades (Cirino *et al.*, 2007).

Del Prette (1999) aponta algumas alternativas relevantes em relação à atuação do profissional da psicologia na educação. Entre estas, pode-se citar a assessoria na elaboração, implementação e atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP). Assessoria na elaboração de instrumentos de

avaliação condizentes com o PPP e na elaboração de programas especiais de ensino e atividades complementares.

O licenciado também pode contribuir com análise e intervenção sobre a natureza e qualidade das relações em sala de aula, por meio de diversas atividades, como: análise e dinamização dos espaços e eventos educativos da escola; desenvolvimento de programas especiais para pais e; participação na orientação, treinamento e desenvolvimento de professores e profissionais atuantes na escola. Porém, o que ocorre em algumas situações é que a formação dos futuros licenciados em psicologia necessita não ser vista em segundo plano ou como "apêndice" da formação do psicólogo.

Muitos alunos cursam a licenciatura sem motivação, uma vez que não desejam seguir esta carreira ou a segue por carência de outras opções. Isto também é incentivado mediante a atuação de professores do ensino superior que não realizam adequadas orientações, muitas vezes sem "ideia clara do que é o ensino de psicologia na licenciatura em psicologia" (Mrech, 2007, p. 232).

Silva (1999) realizou pesquisas sobre percepções de docentes, supervisores de estágio e egressos sobre o curso de licenciatura e formação de psicologia da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Verificou-se que, naquele contexto, era necessário avaliar o currículo, rever as práticas de estágio, ampliar e qualificar as orientações, bem como melhor articular a teoria com a prática. Resultados semelhantes foram encontrados por Castro (2000), que também aponta a necessidade de melhor preparo e instrumentalização por parte do professor supervisor e dos estagiários.

A formação da licenciatura em psicologia deve privilegiar conteúdos sobre a realidade escolar, que vislumbre em sua visão de homem um sujeito histórico e concreto, possuidor de anseios, desejos e perspectivas, ativo na construção do conhecimento, sem a perpetuação da concepção mecanicista e instrumental da psicologia. Conforme pontua Larocca (2007), é preciso pensar na formação dos psicólogos para que busquem transformar a realidade, não se restringindo à transmissão de saberes formalizados e eminentemente técnicos – embora necessite destes conhecimentos. Devem, além disto, possibilitar o desenvolvimento da capacidade reflexiva, que valoriza a construção do saber, através do processo dialético da aprendizagem.

O interesse que a ciência psicológica tem pela educação provém de séculos. Se, na atualidade, os psicólogos e demais profissionais da educação não dão a devida importância a isso, o que tal situação indica? De acordo com Barros (2007), a formação de psicólogos e de professores de psicologia deve enfocar a reflexão e a pesquisa sobre o papel da psicologia na práxis da educação. Além disso, o conhecimento psicológico não deve ficar restrito aos próprios psicólogos, mas sim contribuir na formação dos demais profissionais da educação.

A PSICOLOGIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ASPECTOS HISTÓRICOS E A DISCIPLINA DE PSICOLOGIA NA PROPOSTA CURRICULAR

Considerando a importância da Psicologia para o conhecimento científico, o contexto educacional também é favorecido pelo saber psicológico. No campo da Educação, a psicologia traz relevantes discussões em suas teorias da aprendizagem e desenvolvimento humano, fomentando conhecimentos essenciais aos profissionais da educação.

O debate sobre a formação de professores se depara com uma grande complexidade, uma vez que pode se tratar de diferentes concepções teórico-metodológicas em suas discussões, além de estar vinculado a outras problematizações e poderes, como: Ministério da Educação, Secretarias de Educação, Entidades Nacionais, políticas públicas, universidades e instituições públicas e/ou privadas, programas de formação, dentre outros (Molon, 2002). Nesta encruzilhada, também se percebem diversos paradigmas de atuação, ora enfatizando teorias psicológicas ou pedagógicas; ora enfocando diferentes correntes de pensamento (como o inatismo, o ambientalismo e o construtivismo), que influenciam diretamente na visão de homem e de mundo.

Neste quesito, vale ressaltar que a relação entre Psicologia e Educação nem sempre foi simétrica. O saber psicológico, outrora sustentado pela proposta liberal, contribuiu para fomentar posicionamentos ideológicos que favoreceram a marginalização e rotulação de grande parte da população. Pensava-se na construção de um indivíduo sem contexto, que necessitava adaptar-se às normas e valores sociais, cabendo à escola prepará-los para desempenhar seus papeis sociais (Lima, 1990).

Essa discussão não é recente. Patto (1984) problematiza as origens e desenvolvimento histórico da introdução da Psicologia no Brasil – focando-se aqui especialmente a Educação. De acordo com a referida autora, houve três momentos principais nas orientações teórico-práticas da Psicologia da Educação: entre 1906 e 1930, com pesquisas de laboratório, seguindo a tradição europeia e entre 1930 até a década de 60, com influência norte-americana. Neste período fazia-se maior uso de experimentos e testes psicométricos, sendo introduzida, no período militar (1964-1985), a abordagem tecnicista na educação; e a partir de 1970, quando a psicologia da educação adentra o ambiente escolar em uma perspectiva “adaptacionista”.

Tal proposta hoje é interpretada como um desserviço à educação, uma vez que buscava adaptar e ajustar os indivíduos à realidade social, não levando em consideração os aspectos históricos e culturais que permeiam o universo social, fomentando o processo de exclusão e dominação cultural (Molon, 2002). A partir da década de 80, as denúncias ao modelo de psicologismo na educação são evidenciadas, adentrando assim o pensamento histórico cultural como fonte do despertar de mudanças na educação.

Esta perspectiva histórica, mesmo mostrando os limites e dificuldades na relação entre Psicologia e Educação, não pode desmerecer as contribuições do conhecimento psicológico à proposta educacional. De acordo com Larocca (1999, p.17):

> "O potencial de contribuições da Psicologia da Educação está marcado por duplo aspecto: o primeiro advém de sua condição epistemológica, ou seja, do conhecimento científico que é o conhecimento psicológico. O segundo, do fato de que este conhecimento deve servir à Educação (como prática social multifacetada), colocando-a no centro das análises e definindo, portanto, o seu papel na construção de um projeto social".

Neste aspecto, dentre as abordagens psicológicas aplicadas à Educação, a abordagem sócio-histórica avança na compreensão do homem como construtor de sua realidade, construindo assim uma nova psicologia para o novo homem (Vygotsky, 1996). Este avanço no campo da educação e formação de professores reside na ausência de dicotomia entre os conhecimentos da Psicologia e da Educação, conectando as dimensões teóricas e práticas na construção do conhecimento. Além disso, sua visão de homem e de mundo possibilita compreendê-los como seres socialmente construídos, a partir de demandas sociais, culturais, históricas, afetivas e subjetivas.

Para tanto, uma psicologia que preconiza a formação dos professores e que se comprometa com a transformação social necessita permitir que esses docentes expressem seus anseios, angústias, afetos e vontades que se apresentam em trajetória de vida. Isto possibilita que se sintam acolhidos e valorizados em seus dilemas, trazendo à tona os significados que permeiam sua escolha profissional e que incentivem a busca de conhecimento.

Essa nova visão também lança um desafio, haja vista que problematiza uma nova postura dos educadores e também dos psicólogos. A posição de detentores do conhecimento e a perspectiva da patologização do indivíduo e de seu grupo devem ceder seu lugar a um modelo que compreenda o ensino. Aprendizagem como um processo dialógico de crescimento humano e construção coletiva, que permita como horizonte de atuação, formar uma educação para a emancipação e conscientização humana (Freire, 2000).

A psicologia na formação do professor necessita demonstrar que o conhecimento que ele possui e irá utilizar em sua profissão deve objetivar a transformação de práticas sociais. Este movimento, fundamentalmente político, busca formar uma sociedade pensante, sendo que, através da educação, o indivíduo tornar-se-á sujeito de sua história, mediante uma conscientização que o libertará das dominações sociais (Larocca, 1999).

Bzuneck (1999) aponta que uma das contribuições da psicologia em cursos de formação de professores seria a de

> "trabalhar com os melhores autores; com o melhor método de ensino contextualizado; com a mais elevada crença de que podemos formar professores altamente competentes, justamente por haverem desenvolvido uma perspectiva psicológica útil em nossa disciplina" (p.52).

Isto permitiria uma mudança paradigmática, uma vez que se altera a proposta de saber: de um modelo imutável, que não valoriza os saberes dos participantes, para um modelo dialético, no qual o conhecimento é construído através da reflexão.

A psicologia, nos cursos de licenciatura e formação de professores, necessita demonstrar a necessidade de se compreender a realidade escolar, buscando conhecer as demandas do cotidiano educacional. Propor modelos idealizados e descontextualizados apenas contribui para manter o *status quo* de um sistema já fragilizado. A compreensão da realidade escolar colabora para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e modelos de intervenção singulares, de acordo com cada realidade.

O enfoque do ensino de psicologia não deve simplesmente ser o de passar domínio teórico e metodológico das teorias e vertentes psicológicas, mas modificar a percepção dos professores. Modificar de modo que estes possam perceber na educação o caminho para a transformação social. É preciso, para além de ensinar o conhecimento, ensinar a pensar.

Mercuri, Batista e Soares (1999) buscaram estudar a percepção que egressos dos cursos de licenciatura fazem da contribuição da disciplina Psicologia Educacional e de Desenvolvimento. Verificou-se que acreditam que é necessário redimensionar as disciplinas de psicologia, visando não apenas uma aproximação com a realidade educativa, mas um diálogo com as disciplinas que compõem o processo de formação do docente.

O processo de interação e respeito pelo saber alheio, assim como as relações afetivas envolvidas no processo da aprendizagem também necessita ser problematizado. A prática pedagógica deve garantir um espaço de respeito, apropriação de conteúdo e afeto. Estes, possibilitados pelo diálogo e pelas discussões ideológicas, favorecem o processo de aprendizagem para que todos possam sentir-se envolvidos na construção de um conhecimento que transforme a humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barros, C. C. (2007). Reflexões sobre a formação de professores de Psicologia. *Temas em psicologia*, *15*(1). 33-39.

Brasil (1962). Congresso Nacional. Lei n. 4.119 de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília: DF. Recuperado em 05 de dezembro de 2013, de http://www.pol.org.br/legislacao/pdf/lei_n_4.119.pdf.

Brasil (1996). Congresso Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. Recuperado em 05 de dezembro de 2013, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

Bzuneck, J. A. (1999). A Psicologia Educacional e a Formação de Professores: Tendências Contemporâneas. *Psicologia Escolar e Educacional*, *3*(1), 41-52.

Castro, M. A. C. D. (2000). Abrindo espaços no cotidiano escolar para o estágio supervisionado: uma questão do "olhar" e da relação na formação inicial em serviço. 2000. Tese (doutorado em Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses.html>. Acesso em: 04 de dezembro de 2013.

Cirino, S. D., Knupp, D. F. D, Lemos, L. S., & Rodrigues, S. (2007). As novas diretrizes curriculares: uma reflexão sobre a licenciatura em psicologia. *Temas em Psicologia*, *15*(1), 23-32.

Del Prette, Z. A. (1999). Psicologia, Educação e LDB: novos desafios para velhas questões? (pp. 11-31). *In: R. S. L.* Guzzo. *Psicologia Escolar: LDB e educação hoje*. Campinas, SP: Editora Alínea.

Freire, P. (2000). *Pedagogia da Autonomia*. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Guerra, T. C. (2000). Conhecimento psicológico e formação de professores. In: R. G. Azzi, S. H. de Batista, & A. M. F. de A. Sadalla (orgs.). *Formação de professores: discutindo o ensino de psicologia*. Campinas, SP: Alínea.

Larocca, P. (2002). Problematizando os contínuos desafios da psicologia na Formação Docente. In: R. G. Azzi, & A. M. F. de A. Sadalla (orgs.). *Psicologia e formação docente*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002

Lima, E. S. (1990). O conhecimento psicológico e suas relações com a educação. *Em Aberto*, *9*(48), 3-20.

Mercuri, E. N. G. S., Batista, S. H. S. Da S., & Soares, C. L. (1999). O Ensino de Psicologia na Licenciatura: o ponto de vista de egressos de uma universidade pública *XXIX Reunião Anual de Psicologia*, p.137.

Molon, S. I. (2002). Entrelaçando a Psicologia e a Educação: uma reflexão sobre a formação continuada de educadores à luz da psicologia sócio-histórica. *Revista Contrapontos*, 2(2), 237-250.

Mrech, L. M. (2007). Um breve histórico a respeito do ensino da psicologia no ensino médio. ETD – *Educação Temática Digital*, *8* (2), 225-235, 2007.

Patto, M. H. S. (1984). *Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz.

Silva, J. C. B. da. (1999). As percepções de docentes e egressos sobre o curso de licenciatura e formação de psicólogos da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). 1999. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses.html>. Acesso em: 2 04 de dezembro de 2013.

Vygotsky, L. S. (1996). *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.